

ENTREVISTA

Romualdo Portela de Oliveira

“PLANOS DE EDUCAÇÃO SÃO PEÇAS PARA CRÍTICA RADICAL DAS TRAÇAS”

Daniel Garcia



“Nenhum governo brasileiro levou a sério, na sua história, um plano de educação. Os planos de educação no Brasil são peça para crítica radical das traças. São aprovados e vão para a gaveta. Não são o que deveriam ser: orientadores de uma política de longo prazo”. A crítica é proferida por Romualdo Portela de Oliveira, professor titular do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação, da Faculdade de Educação da USP. Pesquisador de temas como políticas educacionais, financiamento da educação, avaliação educacional e direito à educação, ele defende investimentos maciços como única alternativa viável para valorizar a educação no Brasil. “Isso nós só vamos conseguir com a sociedade civil mobilizada, que compreenda a educação como uma grande prioridade nacional. Se assim não for, vamos ficar reféns das retóricas de governo”.

Além da ineficácia e insuficiência das atuais políticas públicas de educação, não existe regulamentação ou mesmo qualquer tipo de controle da entrada do capital financeiro nas redes de ensino brasileiras, o que teria provocado o colapso parcial do sistema superior particular no país. A ascensão de grandes grupos empresariais (cujo exemplo mais emblemático é o da Anhanguera Educacional), os quais vêm se utilizando do capital especulativo para “engolir” instituições tradicionais de ensino, “tem exercido um efeito deletério sobre o conjunto do sistema privado”, adverte Romualdo, pois “as instituições particulares de ensino com qualquer preocupação com qualidade ou arrumam nichos onde possam sobreviver, ou desaparecem enquanto instituições com tal característica”.

O forte lobby dessa bancada sobre a esfera pública impede que sejam adotadas políticas de expansão massiva do ensino superior público, compatíveis com a nova procura gerada por extratos pobres da população que, nos últimos anos, passaram a concluir o ensino intermediário e a buscar um diploma universitário. “Não temos políticas de expansão em massa do ensino superior público. A pressão que existe hoje para a expansão do ensino superior é decorrência da melhoria dos níveis de formação no fundamental e no médio nas últimas três décadas. Uma parte da população que não concluía o ensino médio passou a concluí-lo. Esse nicho da sociedade é formado por uma parcela da população mais pobre do que a média que concluía o ensino intermediário. Como hoje isso não significa nada quanto ao ingresso no mercado de trabalho, ela pressiona pelo bacharelado”, explica o professor. “O Estado opta pela solução mais barata, que é comprar vaga ou bancar o mecanismo de empréstimos estudantis, canalizando recursos para o setor privado”, denuncia.

*Em outra crítica aos modelos atuais que propõem a democratização do ingresso de jovens no ensino superior, Romualdo aborda a insuficiência da política de cotas. “Nosso vestibular seleciona por um critério de mérito, que continua existindo mesmo nas cotas. Então, dependendo de como são definidas as cotas para o ensino público, vai continuar existindo a exclusão dos mesmos de sempre: o negro mais pobre, o oriundo da escola pública mais pobre. Em outras palavras, se o critério for prova, vai continuar hierarquizando por nível socioeconômico. E existe critério justo que defina a não extensão do direito à educação de nível superior para todos? Portanto, a grande democratização é a ampliação do número de vagas em instituições públicas”, defende, em entrevista concedida a **Eliane Parmezani**.*

Revista Adusp. A instituição das cotas sociais com recorte étnico é uma realidade hoje na maioria das universidades públicas brasileiras. Como o senhor interpreta essa realidade? Poderia comentar a resistência da USP a tal política?

ROMUALDO. Recorremos às cotas porque não há vagas para todos. E as cotas são uma forma de discussão sobre qual critério define quem fica de fora. O sustentáculo da ideia de cotas é a sub-representação de determinados grupos entre os aprovados em relação ao número de candidatos que prestam o vestibular. Elas justificariam um tratamento diferenciado para esses grupos porque o viés representado pelo vestibular os prejudica. O percentual de negros, por exemplo, que presta o vestibular, e o de negros aprovados, diminui em relação ao universo. Portanto, justifica a cota. Mas, de qualquer maneira, não estamos aumentando o número de vagas. Só mudando o critério para definir quem entra e, por conseguinte, quem sai. Então, a política de cotas se justifica de uma maneira muito limitada, ainda que importante. A USP é muito resistente ou talvez seja a mais resistente porque há um discurso oficial de que vestibular seleciona segundo capacidade, mérito, o que não é bem verdade. E a USP, como se afirma a melhor universidade do país, tende a acreditar mais fortemente nesse discurso.

Revista Adusp. Mas o senhor concorda que o recorte étnico na política de cotas se justificaria também pelo déficit histórico que a sociedade brasileira tem para com os negros, indígenas e mestiços?

ROMUALDO. É possível recorrer ao argumento histórico, mas não é o determinante. Poderia existir cota para um grupo que não esteve no início da colonização, por exemplo. O que sustenta o argumento é que entre os grupos de cidadãos brasileiros que prestam o vestibular, alguns são privilegiados ou beneficiados pelos mecanismos de seleção existentes, e há os prejudicados. Portanto, fazer uma equidade de grupos, ou seja, fazer com que a representação dos grupos entre os candidatos e os aprovados se aproxime relativamente, para mim seria suficiente.

Revista Adusp. A adesão da USP ao Pimesp, com as alterações propostas pela universidade, representará algum avanço em relação ao Inlusp?

ROMUALDO. O Pimesp, enquanto proposta, é muito ruim porque inventa o que não está sendo reivindicado. A reivindicação é cota, aumentar a representação de determinados grupos entre os aprovados. A existência do Pimesp é um reconhecimento, mesmo numa postura refratária às cotas, de que tem de se fazer alguma proposta para ampliar a representação desses grupos historicamente excluídos da universidade. É a ideia de que ficar como está é insustentável politicamente. É um sucesso das demandas por implementação de política de cotas. O problema é que a proposta não dialoga com a reivindicação e retarda a eventual entrada desses grupos na universidade. E a administração estadual foi forçada, pelo clamor em defesa da proposta, a apresentar uma proposição absolutamente insuficiente, equivocada.

“Temos no Brasil uma demanda muito grande pelo ensino superior porque os diferenciais de salário entre quem tem graduação e quem não tem são enormes. Nos países desenvolvidos, depois de dois anos de formação profissional posterior ao ensino médio, o estudante tem condições de entrar no mercado de trabalho em condições dignas, sem grandes disparidades”

Revista Adusp. Foi devido aos programas de cotas na Fuvest que houve um número recorde de inscrições este ano, não foi?

ROMUALDO. Exatamente.

Revista Adusp. Ainda assim, mesmo com a existência de cotas, o vestibular persiste como uma forte barreira ao ingresso de milhões de jovens no ensino superior. Na ótica do direito à educação, como o senhor avalia a instituição do vestibular?

ROMUALDO. Se não houver vagas para todos, vão ter que existir mecanismos de seleção. Aí é preciso discutir o mais justo, partindo do pressuposto de que pessoas serão excluídas. Contudo, não considero que deva existir um sistema onde



todos ingressem no ensino superior. Trata-se de um problema que não vamos resolver com políticas educacionais. Na lógica do absurdo, se todos os cidadãos fizessem faculdade, os diferenciais brutais de salários no mercado de trabalho continuariam existindo. Acredito que todos devem ter uma passagem pelo sistema de ensino que crie condições ao final desta passagem para se inserir, com dignidade, no mercado de trabalho. Mas temos no Brasil uma demanda muito grande pelo ensino superior porque os diferenciais de salário entre quem tem graduação e quem não tem são enormes, muito maiores que os de outros países. Nos países desenvolvidos há um forte sistema de formação profissional pós-médio, cursos de curta duração. Depois de dois anos de formação profissional posterior ao ensino médio, o estudante tem condições de entrar no mercado de trabalho em

condições dignas, sem grandes disparidades. Portanto, o vestibular não é o principal problema. Se eu o adoto como única forma de seleção para o ingresso na universidade, evidentemente vou ter um tipo único de viés. Porém, quando se discutem processos seletivos, sempre vai existir um viés. Quando não há vagas em número suficiente, o mais adequado é ter vários mecanismos de entrada. É o que se

tem no sistema americano, por exemplo. Cada critério propõe cobrir as lacunas que o outro não dá conta.

Nosso vestibular seleciona por um critério de mérito, que continua existindo mesmo nas cotas. Então, dependendo de como são definidas cotas para o ensino público, vai continuar existindo a exclusão dos mesmos, sempre: o negro mais pobre, o oriundo da escola pública mais pobre. Em outras palavras, se o critério for prova, vai continuar hierarquizando por nível socioeconômico. E existe critério justo que defina a não extensão do direito à educação de nível superior para todos? Portanto, a grande democratização é a ampliação do número de vagas em instituições públicas. Se for universal, não discrimina. Quando não tem para todo mundo, então se discute equidade porque não é desejável a sub-representação de nenhum grupo.

Revista Adusp. É possível imaginar um horizonte, a médio ou longo prazo, em que cotas não sejam mais necessárias no ensino superior público, garantindo-se pleno acesso a todos os interessados, seja qual for o seu extrato social de origem?

ROMUALDO. Acredito que não e, inclusive, que não seja desejável. Deveria existir um sistema de articulação de formação profissional em larga escala pós-médio e mecanismos de capilarização, isto é, de continuidade nos estudos, para os melhores alunos, no ensino superior. Se a perspectiva de que a única formação pós-médio é a universidade criam-se demandas, no que diz respeito a políticas públicas, muito grandes. O modelo universidade-pesquisa é caro. Aliás, já existe a necessidade de expansão desse modelo pelo número de estudantes universitários que temos hoje. E a nossa rede de ciência e tecnologia comportaria uma ampliação do modelo universidade. Mas eu não trabalharia com a ideia de universalizar o acesso ao ensino superior nesse modelo. Não haveria função social porque muitos não teriam emprego na economia real e o problema da desigualdade no mercado de trabalho não seria atacado. Ele tem outra origem. Mesmo os países com percentuais próximos de 100% de acesso à graduação têm mecanismos de diferenciação do acesso. A universidade de pesquisa é seletiva porque trabalha com a ideia de que tem que existir produção original, de ponta, ir além da fronteira do conhecimento. É importante no que diz respeito ao desenvolvimento nacional. O que

podemos ambicionar é a criação de condições para a ampliação do ensino básico de qualidade. Se a disparidade que existe hoje orientada no ensino básico desaparecesse, desapareceria também a razão das cotas. Os grupos de cotistas tenderiam a se aproximar dos de aprovados sem o benefício da reserva de vagas. Assim, a exclusão dos não aprovados seria mais justa.

“Uma parte da população que não concluí o ensino médio passou a concluí-lo. Como hoje isso nada significa quanto ao ingresso no mercado de trabalho, ela pressiona pelo bacharelado. Então o Estado, para se desobrigar, opta pela solução mais barata: comprar vaga ou bancar o mecanismo de empréstimos estudantis, canalizando recursos para o setor privado”

Revista Adusp. O governo federal tem optado por uma expansão modesta, ainda que relevante, do ensino superior público, ao mesmo tempo em que financia ou subsidia o ensino privado com programas como o ProUni e o FIES. Qual o impacto dessa política sobre a oferta

adequada de cursos de graduação? Ou ainda: como isso afeta a formação superior no Brasil, do ponto de vista da qualidade do ensino?

ROMUALDO. Não temos políticas de expansão do ensino superior público em massa. Os Ifets [Institutos Federais de Educação Tecnológica], por exemplo, que seriam a proposta mais próxima, não têm volume. Se até o final do mandato a Dilma fizer tudo o que prometeu, eles vão representar menos de 10% do índice total de matrículas no ensino superior.

A pressão que existe hoje para a expansão do ensino superior é decorrência da melhoria dos níveis de formação no fundamental e no médio nas últimas três décadas. Uma parte da população que não concluí o ensino médio passou a concluí-lo. E como hoje isso não significa nada quanto ao ingresso no mercado de trabalho, ela pressiona pelo bacharelado. Esse nicho da sociedade é formado por uma parcela da população mais pobre do que a média que concluí o ensino intermediário. E se esta população não encontra expansão de vaga pública porque o modelo universitário é caro e os últimos governos não priorizaram a ampliação do investimento em educação, pressiona por uma graduação gratuita, ou mais barata ou ainda mais fortemente subsidiada. Ela não pode pagar o que se cobrava tradicionalmente. Então, o Estado, para se desobrigar dessa demanda, opta pela solução mais barata, que é comprar vaga ou bancar o mecanismo de empréstimos estudantis, canalizando recursos para o setor privado. As institui-



ções particulares, especificamente as que mais cresceram nos últimos anos, são as de mais baixo custo, as piores. Os alunos só conseguem se inserir no mercado de trabalho nas áreas onde há carência de diplomados. Mas, na hora em que houver diplomados em número suficiente, serão os primeiros excluídos. Sob um olhar estratégico, esta solução só é entendida por um governo que não quer gastar mais em educação para atender à demanda com expansão da rede própria.

Revista Adusp. E qual o papel do SISU sobre a oferta de vagas no ensino superior público?

ROMUALDO. Não tem mágica. Tem demanda por vaga. A expansão das vagas públicas, seja em universidades ou em instituições não universitárias, está muito aquém do crescimento da demanda. Nas últimas duas décadas, o governo brasileiro não conseguiu construir uma proposta de expansão pública do acesso ao ensino superior de qualidade. Para responder à pressão que os grupos excluídos exercem, e com razão, o

Estado vem com políticas de privatização. Então, tem que se render ao financiamento de instituições particulares de baixa qualidade.

Revista Adusp. Por que é tão difícil o aumento da oferta dos cursos mais procurados no ensino superior, como medicina, engenharias, direito, ao passo que é mais fácil a abertura de outros de menor procura? Na Fuvest, por exemplo, há discrepâncias muito grandes na relação de candidatos por vaga nesses cursos mais tradicionais, comparativamente aos de licenciaturas.

ROMUALDO. Os cursos de maior procura são mais caros, exigem mais laboratórios, mais infraestrutura. E há também os *lobbies* das corporações. Quem controla o exercício profissional no Brasil é a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), são os conselhos de medicina, de engenharia. Eles são reticentes à ampliação do número de diplomados porque tem a questão de ocupação no mercado de trabalho. Profissionais em falta têm salários mais altos. O exemplo do Mais Médicos (programa do governo federal que, entre outras medidas, prevê a contratação de médicos estrangeiros) é ilustrativo porque parte da resistência das corporações médicas a aceitar o programa diz respeito à diminuição da demanda pelos profissionais de saúde, o que tende a impactar os salários.

A Constituição paulista de 1989 aprovou um dispositivo que prevê a obrigatoriedade das universidades públicas de disponibilizar pelo menos um terço de suas vagas no período noturno. Isso porque algumas das críticas à universidade pública são dirigidas à sua ociosidade, ao

custo-aluno muito alto. E a alternativa mais barata é a implementação do ensino noturno porque já existe a infraestrutura. Portanto, abrir curso à noite tem custo marginal muito baixo. Porém, as três universidades [USP, Unicamp e Unesp] foram recalcitrantes em cumprir o dispositivo. Só o cumpriram quando o Ministério Público processou os reitores. Quando a Constituição paulista foi aprovada, a USP cumpriu a exigência de um terço das vagas à noite fundamentalmente nos cursos de formação de professores ou nos que exigiam poucos investimentos em laboratórios. Os cursos de menor prestígio social. Mesmo assim, interpretou que deveria existir um terço das vagas por *campus*, o que já forçou determinados *campi* que não tinham ensino à noite, como Piracicaba e Bauru, a inaugurá-lo, ainda que esses *campi* não ofereçam cursos como Agronomia ou Odontologia. Já a Unicamp e a Unesp tinham um número muito menor que a USP de estudantes à noite, mas abriram cursos de Engenharia, de Odontologia.

Contudo, até mesmo o texto do ajustamento de conduta que o Ministério Público acordou com as universidades impôs a exclusão dos cursos de Medicina e das Ciências da Terra, num claro *lobby* das corporações. Porque não há justificativa para não ter curso de Medicina, de Geologia à noite. Se o argumento é currículo, basta estender o número de anos para a formação.

O curso noturno tem um potencial democratizador brutal porque o aluno trabalhador só pode ir à universidade à noite. Em uma experiência que fizemos na Faculdade de

Educação, conseguimos dobrar o número de vagas no noturno com a diminuição de disciplinas no currículo. Isso ampliou substantivamente o número de estudantes trabalhadores, negros, entre os alunos da Pedagogia. Hoje, os indicadores de vagas noturnas das universidades estaduais paulistas são muito melhores que os das federais, que necessitam de um dispositivo como o da Constituição paulista. Está na hora de se recolocar a discussão, de modificar o item original, que previa um terço das vagas por universidade para um terço das vagas por curso.

“Há um discurso conservador no Brasil que diz que nosso problema não é dinheiro, é gestão. Mas basta fazer uma conta simples, dividir o montante de recursos destinado ao ensino básico pelo número de alunos atendidos, e o resultado per capita é baixo. E quando a conta é feita em escala nacional, não dialoga com a desigualdade regional”

Revista Adusp. A PEC 32/2013, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça, responsabiliza a União pelo financiamento da educação básica (ensinos fundamen-

tal e médio), prevendo um gasto anual de R\$ 9 mil por aluno (hoje o gasto estimado é de R\$ 2,3 mil) e complementa o repasse aos municípios que não atingem esse percentual. Qual seu posicionamento sobre o financiamento público por intermédio dessa política, sustentada pelo Custo Aluno Qualidade (CAQ) e pelo Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi)?

ROMUALDO. Há um discurso conservador no Brasil que diz que nosso problema não é dinheiro, é gestão. Mas basta fazer uma conta simples, dividir o montante de recursos destinado ao ensino básico pelo número de alunos atendidos, e o resultado *per capita* é baixo. E quando a conta é feita em escala nacional, não dialoga com a desigualdade regional. Por estado, as diferenças chegam à ordem de um para quatro. E o CAQ trabalha com uma lógica, que me parece acertada, de que não adianta apenas discutir como dividir os recursos disponíveis, mas estabelece valores mínimos que assegurem qualidade. Por isso é muito importante a bandeira de 10% do PIB em educação que está sendo levantada no debate do Plano Nacional de Educação. O CAQ também teria um impacto muito grande sobre a desigualdade regional. E quem deve assumir essa responsabilidade adicional é a União porque temos estados e municípios muito pobres, que não dão conta de sua estrutura tributária. Portanto,



a única possibilidade de garantir o CAQ para todos, ou seja, um padrão mínimo de qualidade de ensino, sob a ótica das condições materiais de funcionamento das escolas, é a União disponibilizar aportes para os estados e municípios mais pobres a fim de atingir o mínimo nacional. É razoável ter um valor mínimo garantido a todo estudante como parte da responsabilidade do estado brasileiro para com o direito à educação de todo cidadão.

Revista Adusp. O ensino técnico de qualidade, tal como chegou a ser oferecido pelas antigas escolas técnicas federais — com currículo forte em disciplinas como português, ciências e outras da área de Humanas — pode ser uma alternativa

consistente para jovens que não queiram cursar uma universidade?

ROMUALDO. Pode. Contudo, o ensino das escolas técnicas federais é caro e as nossas técnicas não formam profissionais. Por terem boa qualidade, exercem muito mais uma função propedêutica do que de formação de técnicos. Como o ingresso nessas escolas é por prova, é enviesada por nível socioeconômico. Então, são selecionados alunos de extratos de renda mais alto, tornando-os competitivos para os vestibulares. Assim, voltam-se para o ensino. Portanto, deveriam existir cláusulas para que os alunos sejam encaminhados ao mercado, que impeçam que as escolas sejam usadas

como mecanismo propedêutico para parcelas privilegiadas.

Revista Adusp. O que o senhor acha da exclusão de cursos das áreas das Ciências Humanas e Sociais no programa Ciência sem Fronteiras?

ROMUALDO. Em que áreas precisamos de formação de quadros no exterior? Certamente não em todas. Penso que a nossa deficiência em Humanas é menor porque temos massa crítica pensando o Brasil. Haveria justificativa para um programa de financiamento em massa para mestrados e doutorados no exterior nas áreas em que o Brasil reconhecidamente tem carências. Mas a internacionalização da pesquisa no Brasil não deve ser feita a torto e a direito mandando gente

para o exterior. Essa fase histórica do desenvolvimento da ciência no Brasil já passou. Precisamos internacionalizar os grupos de pesquisa que temos nas instituições brasileiras e financiar, obviamente, as áreas nas quais não temos capacidade instalada, para as Exatas e para as Humanas. Por outro lado, estamos tirando do buraco universidades estrangeiras, algumas que, inclusive, não são de ponta em seus países de origem. Certamente nossas universidades são melhores que as de tipo B nos Estados Unidos ou na Europa. Por isso, a meu ver, é um programa mal desenhado. É bastante espalhafatoso, no que diz respeito à propaganda, mas não responde a nossas necessidades reais de pensar uma política de desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil.

“A Lei do Piso é um dos grandes exemplos de distância entre a retórica e a prática quando se discute educação no Brasil. E aí não tem partido, porque a resistência em pagar o piso é unanimidade. Não compreender que uma das questões-chave da educação básica no Brasil é a qualidade do professorado é não pensar estrategicamente”

Revista Adusp. Como o senhor vê a má vontade, a rejeição de governadores e prefeitos relativamente à implantação da Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério [Lei nº 11.738/2008]? O senhor concorda que as redes públicas estaduais e municipais de ensino estão condenadas ao sucateamento físico, inexistência de bibliotecas, laboratórios, à degradação salarial de professores e de funcionários?

ROMUALDO. Não, porque lutamos contra isso. A Lei do Piso é um dos grandes exemplos de distância entre a retórica e a prática quando se discute educação no Brasil. Nenhum dos governantes que não quer pagar o piso disse que educação não era uma prioridade. Mas quando se trata de transformar a prioridade retórica em fato, resistem. E aí não tem partido, tem todos, porque a resistência em pagar o piso, a meu ver, é unanimidade. Não compreender que uma das questões-chave da discussão da qualidade da educação básica no Brasil é a qualidade do professorado, pois não teremos um ensino de qualidade melhor que a qualidade dos professores que tivemos, é não pensar estrategicamente. Temos que valorizar a profissão docente no Brasil nos próximos anos como condição para uma educação de qualidade no nível das nossas necessidades históricas. Grande parte dos problemas que discutimos é decorrente da falta de qualidade na educação básica. E, portanto, é estratégico que a Lei do Piso seja cumprida. A Lei do Piso, de um jeito ou de outro, abrange todos os Estados, até

os mais ricos. Porque os mais ricos, ainda que paguem nominalmente os salários, não pagam aquela jornada de trabalho que cria condições para uma educação de qualidade.

“Quando há a penetração do capital financeiro, cujo único objetivo é lucro, ele implementa uma política de restrição rigorosa de custos para reduzir o valor das mensalidades.

Nos cursos mais baratos das instituições tradicionais a mensalidade típica era de R\$ 400 a R\$ 500. Anhanguera entra com R\$ 200, vieram Estácio, Kroton, quase houve dumping sistêmico”

Revista Adusp. Que avaliação o senhor faz do Plano Nacional de Educação (2011-2020)?

ROMUALDO. Se formos felizes, sai em 2015, portanto, já ficamos cinco anos sem ele. O governo não apostou suas fichas para que o PNE saísse logo. Nenhum governo brasileiro levou a sério, na sua história, um plano de educação. Os planos de educação no Brasil até hoje são peças para crítica radical das tra-

ças. São aprovados e vão para a gaveta. Não são o que deveriam ser: orientadores de uma política de longo prazo. O exemplo mais acabado disso foi o PNE aprovado em 2001 pelo Fernando Henrique, vetando todos os artigos que implicavam ampliação de recursos. O que significou, já na aprovação do plano, que ele não seria cumprido. Então, uma possível novidade seria um plano que acoplasse os recursos necessários para atingir as metas. Isso nós só vamos conseguir com a sociedade civil mobilizada, que compreenda a educação como uma grande prioridade nacional. Se assim não for, vamos ficar reféns das retóricas de governo.

Revista Adusp. Nos últimos anos, temos presenciado a forte entrada de capitais estrangeiros no setor educacional. Grupos privados poderosos associam-se aos capitais nativos brasileiros e criam enormes empresas de ensino. O senhor concorda que esse afluxo de capitais tende a acentuar a mercantilização do ensino superior em nosso país?

ROMUALDO. É claro.

Revista Adusp. Não só no ensino superior, mas caminha também para o médio, não é?

ROMUALDO. Sim, mas no superior é muito evidente e os efeitos são mais graves. O setor privado tradicional na educação brasileira, particularmente na superior, em geral, tinha origem na própria educação. Eram pequenas escolas, às vezes de ensino fundamental, que foram se expandindo e, em determinado momento, abriram o superior. Algumas que já surgiram com cursos de bacharelado

tinham capitais originários da área educacional. Ainda que determinadas escolas fossem lucrativas, tinham algum compromisso com a educação. Mas, do ponto de vista estritamente capitalista, eram ineficientes. Quando há a penetração do capital financeiro, cujo único objetivo é lucro, esse capital tem a obsessão de reduzir custos. Há dez anos, por exemplo, quando houve o primeiro movimento nesse sentido — a compra da Anhanguera Educacional pelo banco Pátria — é implementada no mercado uma política de restrição rigorosa de custos para reduzir o valor das mensalidades. Para se ter uma ideia, naquela época, a mensalidade típica dos cursos mais baratos nas instituições privadas tradicionais era da ordem de R\$ 400, R\$ 500. A Anhanguera entra com cursos de R\$ 200. Quase houve um *dumping* sistêmico, porque ela se capilarizou muito rapidamente. Vieram outras, a Estácio, a Kroton, o que gerou uma desestabilização do conjunto do sistema. E as escolas que estavam praticando suas mensalidades, com os problemas que fossem, que ainda tinham algum compromisso educacional, alguma preocupação com qualidade, de uma hora para outra elas passam a concorrer com grupos que oferecem o mesmo curso por menos da metade do preço.

A crise do sistema foi agravada porque, tendo a Anhanguera como pioneira, quando essas empresas lançam ações na Bolsa de Valores, captam montantes de recursos brutais que lhes permitem ir às compras. Na primeira emissão

de ações da Anhanguera, em março de 2007, ela alavancou no mercado financeiro algo em torno de R\$ 900 milhões. E saiu comprando escolas pequenas. Dois ou três anos apenas após a construção da Anhanguera com o novo formato, no final de 2005, ela já tinha 52 unidades, das quais mais de 40 compradas. As empresas tradicionais que não conseguiram reduzir suas mensalidades ao novo patamar do sistema passam a operar no vermelho. Quando os grupos financeiros recebem a injeção de recursos captados da Bolsa de Valores compram as instituições fragilizadas. No final de 2010, por exemplo, em todas as transações da Anhanguera, parte do dinheiro foi para saldar dívidas.

Não só é um crescimento sem controle do setor especulativo, como tem exercido um efeito deletério sobre o conjunto do sistema privado. De maneira que as instituições particulares de ensino com qualquer preocupação com qualidade, ou arrumam nichos onde possam sobreviver, ou desaparecem enquanto instituições com tal característica. Sobrevivem os nichos que conseguem financiar qualidade com mensalidade. Os cursos de medicina, que custam R\$ 3.500, R\$ 4.000 por mês e que, portanto, selecionam as elites, uma parcela muito pequena da população brasileira. Da mesma maneira atuam alguns cursos nas áreas de economia e do comércio. Porém, na grande maioria das áreas não é possível criar, ancorado em mensalidade, nichos de qualidade. Portanto, o setor como um todo se nivela pelo padrão das instituições do capital

especulativo. O efeito sistêmico que o florescimento dessas instituições teve foi muito mais perverso do que se pode imaginar. Ou que se podia imaginar no início.

“É cada vez mais difícil aprovar uma regulamentação do setor privado porque o lobby no Congresso Nacional é muito grande. Existe uma subordinação dos mecanismos de controle aos interesses privados. A Câmara de Educação Superior, aliás, já vinha reclamando que havia muito controle público sobre o setor privado”



Revista Adusp. Quem recorre ao ensino superior privado procura por preço?

ROMUALDO. As primeiras instituições que a Anhanguera comprou estão no cinturão periférico da cidade de São Paulo. Taboão e Itapeverica da Serra são alguns dos municípios onde ela comprou escolas. Um estudante de Itapeverica que quisesse fazer faculdade tinha que pegar um ônibus do bairro para o centro da cidade e então to-

mar outro, intermunicipal, para a Lapa ou Pinheiros. Só o custo do transporte paga a mensalidade da Anhanguera. Não tem diferencial de qualidade que justifique o custo adicional para as finanças desse estudante. O público-alvo dessas empresas é a população mais pobre. Assim, o efeito deletério que as instituições privadas lucrativas têm sobre o conjunto do sistema particular é muito grave. Hoje todas as instituições privadas tradicionais que possuíam alguma preocupação com qualidade estão superendividadas. E eu diria que a médio prazo elas não têm muita perspectiva. Ou seja, vão ser engolidas pelos tubarões. O processo de oligopolização do ensino superior privado cresceu muito e continuará crescendo nos próximos anos. E isso aconte-

ceu porque reconhecemos a existência de instituições com fins lucrativos sem nenhuma regulamentação. Antes de 1988, não existia a figura jurídica da escola particular com fins lucrativos. Quando a Constituição de 1988 passou a admitir essa existência, e isso era razoável porque já existiam instituições com fins lucrativos, não fizemos o que era preciso para regular esse mercado e evitar práticas abusivas, como o *dumping*, a concorrência desleal. Os instrumentos de controle de qualidade que o Ministério da Educação desenvolveu nesse período são insuficientes. Tanto é que todas essas instituições são muito bem avaliadas por aquele

amontado de índices do MEC.

Revista Adusp. Até hoje não há regulamentação?

ROMUALDO. Não. É cada vez mais difícil aprovar uma regulamentação porque o *lobby* desses setores no Congresso Nacional é muito grande. O Paulo Renato [ministro da Educação de 1995 a 2002], quando dissolveu o Conselho Federal de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação [CNE], subordinado ao Ministério, instituiu, na mesma época, o Provão, como mecanismo de controle das instituições de ensino. Ele disse que as instituições que tivessem duas avaliações consecutivas com nota D ou E seriam fechadas. E, de fato, o Paulo Renato tentou o fechamento de duas instituições no

estado do Rio de Janeiro, mas foi derrotado no próprio CNE. Porque o setor privado era majoritário na Câmara de Educação Superior. A política prática dos governos faz com que o *lobby* do setor no Congresso troque votos por cargos, indicações. Existe uma subordinação dos mecanismos de controle aos interesses privados. A Câmara de Educação Superior, aliás, já vinha reclamando que havia muito controle público sobre o setor privado, que não iria desenvolver medidas para o seu controle.

Revista Adusp. Como o senhor vê a estrondosa ampliação da oferta de cursos à distância no Brasil, oferecendo, inclusive, formação de nível superior? Está relacionada à política das instituições de ensino de capital especulativo, para reduzir custos?

ROMUALDO. É inevitável reconhecer, em uma sociedade cada vez

mais mediada pela comunicação, pelas telecomunicações, alternativas de formação à distância. Outra coisa é embarcar na formação inicial à distância quando não há *know-how*. No meu entendimento, tem que começar pela formação continuada, fazer experiências de formação inicial e aumentar o setor público nesta área. Pela recusa que tivemos de fazer experiências no setor público com o ensino à distância, criamos um mercado para o privado. A primeira grande aquisição da Anhanguera foi a Uniderp, no Mato Grosso do Sul, porque era uma das instituições no Brasil que tinha uma das melhores plataformas de educação à distância. É por isso também que um dos grandes investimentos da Estácio foi a Unopar, do Paraná, uma outra instituição com uma boa plataforma de ensino *online*. Então, em parte, nós demos esse mercado

para o setor privado. Como o setor público entrou tarde, tem de desenvolver tecnologia atrasado. Não tenho dúvida de que se o setor público entrasse para valer na questão de formação à distância iríamos desenvolver coisas de qualidade. O compromisso é outro. A médio prazo teríamos que chegar a isso, inclusive porque temos necessidade do grande número de alunos em termos de formação. Não é possível pensar a construção de um sistema que atenda as diferentes demandas da sociedade brasileira e as diferentes condições, sem expandir o sistema como um todo, que significa expandir o modelo universitário, o modelo Institutos Federais de Educação, Institutos Estaduais de Educação e o ensino à distância. O problema é que isto foi deixado para o setor privado. Porque, de novo, aí a questão da qualidade fica complicada.